

## A História das Mulheres: uma questão política no Brasil

Eduarda C. De Castro Alves, Unirio<sup>1</sup>

### Resumo

O seguinte trabalho pretende estudar a forma como o feminismo entrou na produção acadêmica, principalmente na História a partir do viés político. Desta forma, pretende-se observar como ele se formou e quais foram suas consequências para a Academia desde a sua chamada “segunda onda” até os dias atuais, quando as questões que essa história defende estão sendo cada vez mais perseguidas por pessoas de fora da Academia.

**Palavras-chave:** História das mulheres; Feminismo; Historiografia.

### Abstract

The following paper pretends study the way that feminism joined the academic production, specially in History as from the politic bias. Thus, intended observe how it constituted and what were its consequences to the Academy since the called “second wave of feminism” till the present days, where the questions that this history defends are beins increasingly persecuted by people outside the Academy.

**Keywords:** Women’s history; Feminism; historiography.

### Algumas considerações a respeito do feminismo

Apesar de ser utilizado como se seu significado fosse autoexplicativo, o termo feminismo não é unívoco. A palavra adquiriu diversas significações dependendo de seus contextos, de seus emissores e das disputas em jogo. Dessa forma, segundo Abreu (2010), definir feminismo envolve uma série de dificuldades. Há a definição de feminismo como um problema heterogêneo e frequentemente não convergente de teorias e práticas centradas no problema da “subordinação” das mulheres e da criação de condições e meios específicos para suprimir esse problema. A partir dessa definição, poderíamos chamar de feministas as autoras como Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges que escreveram suas obras durante o período da Revolução Francesa. A partir dessa concepção, é possível não restringir o feminismo à modernidade, pois é possível encontrar manifestações feministas que remontam à Idade Média (ABREU, 2010).

Na tentativa de trabalhar melhor com o conceito, alguns autores e autoras consideram mais apropriado falar em feminismo apenas a partir do momento em que há um movimento de mulheres organizado em torno de sua discriminação. Uma pergunta pertinente surge para Abreu (2010): é possível chamar de feministas grupos e indivíduos que não se reivindicam como tal? Nesta mesma lógica, outra questão merece ser destacada: pode-se considerar feminista qualquer

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), bolsista Capes. (Email: eduardacca@gmail.com).

movimento ou indivíduo que se interesse por questões que afetam as mulheres? A partir disso, para algumas autoras, a definição de feminismo/feminista deveria ter o critério da auto reivindicação, ou seja, apenas seriam feministas aquelas que se reivindicam como tal. Mas esse tipo de definição também pode nos trazer alguns problemas, primeiro porque a auto reivindicação só é possível a partir do momento que o termo é utilizado.

Karen Offen (2000, apud ABREU, 2010) diz que as primeiras menções ao termo “feministe” e “feminisme” são, respectivamente, das décadas de 1870 e 1880 na França, entrando, de fato, no discurso público na década de 1890. Assim, a partir do critério de auto reivindicação apenas poderíamos considerar como grupos feministas aqueles que surgiram no final do século XIX, isso sem levar em conta a carga pejorativa do feminismo dada em diferentes contextos, o que fez com que muitos movimentos e mulheres evitassem, e até rejeitassem, o uso do termo (ABREU, 2010).

Ana Alice Costa (2005) já diz que, como um movimento social, o feminismo se espalha, em um primeiro momento, em torno das demandas por direitos sociais e políticos. O movimento, então, tem seu auge na luta sufragista, e, após a conquista do voto das mulheres em diversos países, o movimento teve uma desmobilização geral.<sup>2</sup> Quando se mobiliza novamente, então no contexto dos movimentos contestatórios da década de 1960,<sup>3</sup> seu novo mote é a afirmação de que o “pessoal é político”, não pensando como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político. Assim, quando faz tal afirmação, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões, que até então eram vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal ocidental. Ao utilizar essa bandeira, as feministas chamam a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão. Para Carole Pateman, essa bandeira:

[...] chamou a atenção das mulheres sobre a maneira como somos levadas a contemplar a vida social em termos pessoais, como se tratasse de uma questão de capacidade ou de sorte individual [...] As feministas fizeram finca-pé em mostrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de “esposa”, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora

<sup>2</sup> É importante ressaltar que as mulheres nunca deixaram de resistir ou de desafiar algumas regras da sociedade patriarcal, mas houve momentos que essas resistências estiveram mais enfraquecidas e desmobilizadas, por isso não será trabalhado o conceito de “ondas do feminismo”, e sim com o feminismo com características diversas ao longo do tempo. Como também com a ideia que as lutas e resistências tiveram períodos com maior ou menor evidência na sociedade.

<sup>3</sup> A exemplo o movimento estudantil na França, das lutas pacifistas contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos e do movimento hippie internacional que causou uma verdadeira revolução nos costumes.

dele. Portanto, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas (PATEMAN, 1996, apud COSTA, 2004, p. 2).

Dessa forma, o movimento significou uma redefinição do poder político e, principalmente, da forma de entender a política. Ao colocar novos espaços no privado e no doméstico, sua força, então, está em recolocar a forma de entender a política e o poder e também de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder e as formas em que é exercido. Assim, ao trazer essas novas questões para o âmbito público, o feminismo também traz a necessidade da criação de novas condutas, práticas, conceitos e dinâmicas (COSTA, 2005).

Para Maria Amélia de Almeida Teles (2017), o feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão pode se manifestar tanto nas estruturas como também na superestrutura – ideologia, cultura e política. Assim, o feminismo assume formas diversas nas diferentes camadas e classes sociais e nos diferentes grupos étnicos e culturais. Teles (2017) ainda acrescenta que ele, em seu significado mais amplo, é um movimento político, que questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre as outras. Assim, contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal e propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade. Ainda segundo a autora, o feminismo manifestou-se, ao longo dos tempos, de maneiras diferentes, todas elas dependentes da sociedade em que tiveram origem e da condição histórica das mulheres nestes contextos.

Para Ávila (2005), o feminismo realizou uma conquista essencial na transformação das relações de gênero, pois instituiu mulheres como sujeitos políticos do processo de transformação social, e essa é, com certeza, sua grande contribuição histórica para as mulheres em geral, já que essa construção de sujeito produziu uma ruptura com a heteronomia do que se denominava “condição feminina”, trazendo para as mulheres a possibilidade de romper com a situação de vítimas ou de protegidas e com a identidade estática imposta por essa condição.

Ergas (apud ABREU, 2010) afirma que “o feminismo não é um substantivo cujas propriedades possam ser definidas de forma exata e definitiva”, mas “indica historicamente conjuntos variados de teorias e práticas centradas em volta da constituição e da legitimação dos interesses das mulheres. Nesta perspectiva, o que o feminismo é, ou foi, é mais uma questão histórica do que uma questão de definição” (1990, apud Abreu, 2010, p. 26). Assim, entender o sentido que o feminismo adquiriu nos múltiplos contextos é fundamental, mas para este trabalho, é importante entender o conceito no contexto particular dos anos 1960-1970.

## **O feminismo e a História das mulheres/das relações de gênero**

Diversas mudanças da concepção de História que aconteceram ao longo do século XX é um dos fatores para o surgimento da história das mulheres e, posteriormente, da história das relações de gênero. A escola dos Annales, surgida na segunda década do século XX, fazia forte oposição à história positivista, que era bastante voltada para os grandes acontecimentos políticos e os “grandes” homens. Lucien Febvre e Marc Bloch, fundadores dos Annales, estavam mais preocupados com a escrita de uma história totalizante, que também se voltava a estudar os setores marginalizados que até então não eram considerados sujeitos históricos. Dessa forma, acaba acontecendo uma aproximação da História com as Ciências Sociais, levando à problematização diversos aspectos e diferenças humanas ao mesmo tempo possibilitando o estudo da História a partir de novas fontes. Essas mudanças acabam abrindo o caminho para que surja uma História Social e uma História Econômica – mas não ainda a História das Mulheres.

O movimento das mulheres, ocorrido quase que simultaneamente com outros movimentos sociais nas décadas de 1960 e 1970, também foi um importante fator para o surgimento dessa História das Mulheres. Pois, além das reivindicações sociais, econômicas e políticas, também exigia que estudos fossem feitos para compreender as razões e a historicidade da subordinação feminina.

O feminismo como movimento social tem vivido diversas fases, ou o que muitas autoras chamam de “ondas”. Em um primeiro momento, o feminismo é percebido principalmente pelo movimento sufragista, surgido no Brasil a partir da proclamação da República se prolongando até 1934, com a extensão do direito ao voto às mulheres. Meyer (2013) deixa claro que essa luta acabou agregando diversas outras reivindicações de mulheres, como o acesso à educação, a condições dignas de trabalho, ao exercício da docência. É sempre importante ressaltar que, apesar de ser dito no singular, o movimento feminista agrega diversas vertentes políticas que transformam esse movimento em algo heterogêneo e plural.

Nesse primeiro momento, ainda segundo Meyer (2013), existiam três grandes vertentes desse feminismo: O feminismo liberal ou o feminismo burguês, mais preocupado com a luta pelo direito ao voto e pelo acesso ao Ensino Superior; o feminismo que acabou se aliando aos movimentos socialistas, que lutavam pela formação de sindicatos e por melhores condições de trabalho e salário; e, por último, um feminismo anarquista, que articulava a agenda pelo direito à educação à questões como o direito de decidir sobre o próprio corpo e sexualidade (bandeiras que seriam levantadas novamente pelo feminismo da chamada “segunda onda”).

Como já dito, o feminismo das décadas de 1960 e 1970,<sup>4</sup> segundo Pedro (2005), tinha como prioridade a luta pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado,<sup>5</sup> que era entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. O contexto desse movimento é de intensos debates e questionamentos desencadeados pelos movimentos de libertação ocorridos na Europa, que culminaram na França com as manifestações de maio de 1968 (MEYER, 2013). E foi neste período que surgiu a necessidade de um investimento mais consistente na produção do conhecimento, com desenvolvimento de estudos e das pesquisas que visavam, não apenas denunciar, mas que tinham o objetivo de compreender e tentar explicar a subordinação social e a invisibilidade política na qual as mulheres haviam sido historicamente submetidas (MEYER, 2013). Importante perceber que neste momento há uma maior presença de mulheres no meio acadêmico – consequência das bandeiras levantadas por aquela primeira fase do movimento feminista –, e isso acaba gerando um maior interesse delas mesmas de se compreenderem como seres sociais.

Para Margareth Rago (1995), o feminismo coloca o dedo na ferida da escrita histórica, pois mostra que as mulheres foram, e ainda são, esquecidas não só nas suas reivindicações, como também em suas ações. A História acabou suprimindo-as, colocando-as em uma figura nunca existente da passividade, do silenciamento, da sombra na esfera do privado. O feminismo acaba apontando para uma crítica à esta narrativa histórica que sempre valorizou um “homem universal”, indicando as malhas de poder que sustentam essas redes discursivas universalizantes.

As novas tendências da historiografia emergentes na década de 1980 levaram a uma renovação metodológica e conceitual que, por sua vez, levou a uma redefinição do Político no âmbito do cotidiano, o que contribuiu para esse resgate das experiências femininas (MATOS, 2013). Mas, depois de serem incluídas como objetos de pesquisa, as mulheres em um primeiro momento se tornaram quase que “sujeitas universais”, levando a uma crítica à categoria “mulher”, principalmente no contexto norte-americano. Mulheres de diversas classes, raças e etnias, muitas delas feministas, reivindicaram uma diferença dentro da própria diferença. A categoria mulher como uma identidade diferenciada da categoria “homem” não era mais

---

<sup>4</sup> Importante ressaltar que esse feminismo é uma característica dos países da Europa ocidental e América anglo-saxã.

<sup>5</sup> O conceito de patriarcado é compreendido como a relação de poder estabelecida pelo sexo masculino sobre o feminino e expressa na utilização cultural, social e econômica que ele faz do corpo da mulher e pelo controle da reprodução. As feministas marxistas reconheceram que, embora universal, o patriarcado não pode ser entendido como um sistema não-histórico de dominação do homem sobre a mulher, independente das relações de produção. (ALAMBERT, 1986)

suficiente para explicar essas diversas vivências, as reivindicações próprias de cada grupo e suas identidades (PEDRO, 2005).

Já o gênero, como uma categoria, surgiu neste momento, em meados dos anos 1970, e disseminou-se instantaneamente nas ciências humanas a partir da década seguinte, ganhando um espaço dentro da História a partir da publicação do artigo *Gender a useful category of historical analysis*, em 1986, de Joan Scott. A reformulação surge com o intuito de distinguir e separar o sexo, categoria analítica marcada pela biologia, do gênero, categoria que enfatiza a construção histórica, social e sobretudo política que implicaria numa análise relacional. Essas estudiosas de gênero propõem, então, uma expansão dos limites da história, segundo Joan Scott:

Inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas [...] uma tal metodologia implica não somente uma nova história das mulheres, mas também uma nova história (SCOTT, 1995, p.74).

Dessa maneira, gênero passa a ser interpretado como algo ligado à concepção e à construção do próprio poder – uma maneira de dar significado às relações de poder. Então, segundo Scott (1995), gênero, assim como os conceitos de raça e classe, é crucial para uma organização da igualdade e da desigualdade, e que esse processo social das relações de gênero é uma parte do próprio significado de poder.

O pensamento feminista, como dito anteriormente, não se constitui em um corpus unificado de conhecimento, a mesma coisa ocorre com o conceito de gênero, que foi apropriado das formas mais diversas pelas diferentes áreas disciplinares e suas teorias – mas todas essas apropriações partem do ponto comum que seria a subordinação da mulher ao homem uma forma de se entender a construção social das relações de dominação e subordinação.

Gênero também abre um espaço de análise para que se questionassem as próprias categorias de homem e de masculino, assim como de mulher e de feminino, que acabaram entrando em um processo intenso de desconstrução. Ela também pretendia tornar explícita essa subordinação feminina e acompanhar os movimentos feministas em uma busca de igualdade de exercício dos direitos e das oportunidades, nunca esquecendo de destacar a importância do contrapeso relacional dessas interações dinâmicas (MATOS, 2008).

### **A Academia e o feminismo**

O feminismo teve, portanto, um profundo impacto na academia e na produção científica, abrindo campo para se estudarem as mulheres, o universo feminino, a cultura feminina, as relações entre os sexos/gêneros. E, ao mesmo tempo, foi ele mesmo lembrado e colocado como tema, como objeto histórico: suas

origens, seus movimentos, suas líderes e mentoras, suas produções, seus temas e suas conquistas têm sido analisados pelas sociólogas e mais recentemente por algumas historiadoras (RAGO, 1995, p. 17).

A universidade brasileira está cada vez com maior número de pesquisas em relações às mulheres e às relações de gênero. Segundo Hollanda (2018), em uma pesquisa preliminar feita nos diretórios dos grupos de pesquisa registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a temática de gênero e feminismo estão presentes em quase trezentos grupos (duzentos e setenta e dois, para exatidão), sob as mais diversas denominações. A pesquisa mostra que todos os estados brasileiros têm, pelo menos, um grupo que pesquise esses assuntos, sendo eles concentrados majoritariamente pela região Sudeste, seguido pelo Nordeste (HOLLANDA, 2018).<sup>6</sup>

Segundo Tilly (1994), apesar de toda história ser herdeira de um contexto político, são relativamente poucas histórias que tem uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres, sendo as historiadoras feministas ou participantes de grupos de conscientização, ou não, seus trabalhos foram fortemente marcados pelo movimento feminista das décadas de 1970 e 1980.

Segundo Costa e Sardeberg (2014), é importante ressaltar que desde o início, na luta das mulheres pela erradicação das desigualdades de gênero e pela conquista de uma cidadania plena, a ‘teoria’ e a ‘práxis’ estão intimamente ligadas, trabalhando sempre mutuamente (COSTA; SARDEBERG, 2014). Assim, de um lado essa última retomada do movimento feminista tem sido uma fonte inspiradora bastante fértil para o desenvolvimento de estudos e pesquisas acerca da condição feminina. E por outro, é certo que, em um plano mais amplo, tais estudos têm contribuído para o avanço dos movimentos das mulheres. Ao explorar as questões relativas às relações de gênero no capitalismo contemporâneo, assim como a situação das mulheres brasileiras em sua diversidade, esses estudos têm retratado as diferentes formas, facetas e níveis em que a opressão e exploração da mulher se processam e se manifestam em nossa sociedade (COSTA; SARDEBERG, 2014). Portanto, trabalhar a História das mulheres é, sem sombra de dúvidas, trabalhar a política e os movimentos feministas, pois eles andam de mãos dadas.

Outra característica fundamental da presença do feminismo, como política, são os coletivos presentes no ambiente universitário. Segundo Holanda (2018), esses coletivos são uma estratégia de ação, que cada vez mais vem reunindo mulheres, nas mais diferentes unidades

---

<sup>6</sup> O Nordeste é a região com maior número de grupos que interseccionam raça, gênero e diversidade sexual, em estudos que trabalham com a composição étnica da maioria dos estados. (Holanda, 2018)

dos cursos universitários, mostrando uma nova forma de organização bem diversa dos diretórios centrais de estudantes, que são representações mais genéricas. Hollanda (2018) diz que

[...] é sintomático observar que mesmo em estruturas tradicionais, como registros de grupos de pesquisa do CNPq, é cada vez mais frequente encontrarmos a denominação coletivos no caso de grupos que discutem gênero. Isso nos leva a desconfiar que algumas acadêmicas têm se engajado em formas de fazer pesquisa, arte, política ou intervenção claramente diferenciadas. No entanto, no espectro das ações docentes para lidar com gênero e com o feminismo no ambiente universitário, as estratégias de atuação que podemos perceber nos coletivos ainda não é muito assumida. Isso não quer dizer que não existam coletivos transversais, com mulheres em diversas etapas de sua trajetória acadêmica (HOLLANDA, 2018, p. 215).

Mas a presença política do feminismo na Academia sempre foi alvo de crítica por parte daqueles que não estavam dispostos a mudar a forma de fazer ciência, como veremos na área da História. As mulheres feministas ainda sofrem muitos preconceitos na sociedade e na Academia, segundo Rago (2001), já na década de 1930, a feminista tem um estereótipo socialmente difundido de uma figura dessexualizada, amargurada e sem perspectivas, que ao mesmo tempo, contrasta com as representações veiculadas pelas revistas femininas do período, ou com informações referentes à vida cotidiana das escritoras, articulistas e ativistas políticas dos meios ricos e pobres, que se colocavam em luta pela independência de suprimir seu gênero desde meados do século XIX no Brasil. E foi esta a imagem da mulher feminista que predominou na memória social e que, ainda hoje, que ainda persegue aquelas que lutam pela autonomia das mulheres, como uma forma de desqualificá-las por um estereótipo, que praticamente as define como “machas”, feias e mal-amadas (RAGO, 2001).

Segundo Matos (2008), foi especialmente entre as décadas de 1930 e 1970 que surgiram grupos de acadêmicas que problematizaram a produção do conhecimento a partir de um viés crítico, gerando os estudos feministas, ou os estudos de mulheres. Depois de consolidarem arenas consistentes no debate científico, realizando diversas inflexões em vários campos disciplinares, partindo de críticas ao viés androcêntrico e de críticas ao “fetichismo da objetividade”, as mulheres feministas dentro da academia planejavam ampliar, nas ciências humanas e sociais, o escopo das reflexões para assim adotar uma nova proposta teórico conceitual: os estudos de gênero (MATOS, 2008).

A academia, até a década de 1960, sempre se colocou como um lugar neutro de se fazer ciência, por isso que, quando as feministas começaram a se preocupar com a situação social das mulheres até então, houve um certo preconceito com a temática dentro da academia, como se existisse uma oposição entre profissionalismo e política, mas, como Scott (2011) afirma, essa



oposição não é natural. Dessa forma, a historiadora declara que a ciência, na realidade, não era neutra, e sim cúmplice da discriminação. A historiadora então fala que “Os padrões profissionais de imparcialidade e desinteresse estavam sendo derrubados por interesses particulares, ou assim parecia àqueles que mantinham a visão normativa” (SCOTT, 2011, p. 75).

Por isso as historiadoras que se diziam feministas tinham um desafio, pois um dos problemas que surgiu foi a questão da redefinição profissional. As pesquisadoras aceitavam as regras da academia e buscavam reconhecimento como intelectuais ao mesmo tempo que desafiavam e subvertiam aquelas regras, questionando a constituição da disciplina e as condições da sua produção de conhecimento (SCOTT, 2011).

Joan Scott (2011), argumenta então que, apesar da história das mulheres nos Estados Unidos ter atingido uma presença visível e influente na Academia, da qual não se pode voltar atrás, e mesmo tendo tido a política feminista como ponto de partida, a partir das décadas de 1970 e 1980 houve um afastamento deste campo de estudos da política, onde ele ampliou seu campo de questionamentos, documentando todos os aspectos da vida das mulheres no passado, e, segundo Scott, o campo acabou adquirindo energia própria.

Margareth Rago já afirma que o feminismo dos anos 1980 pegou questões que antes eram secundarizadas como essencialmente femininas e relativas à esfera privada, ou seja, não pertencentes ao campo (masculino) da política – a exemplo das relativas ao corpo, ao desejo à saúde e à sexualidade – foram politizadas e levadas à esfera pública, a partir da utilização de uma linguagem diferenciada. Naquele momento de crítica acentuada à racionalidade ocidental masculina, já não mais definida apenas como burguesa, partiu-se para a afirmação do universo cultural feminino, em todas as dimensões possíveis. Isso então implicava em uma emergência de uma linguagem especificamente feminina, o que se considerou uma epistemologia feminista. Era perceptível que o feminismo se aproximava das correntes do pós-modernismo, voltadas para a crítica da racionalidade burguesa (RAGO, 2005).

Na década de 1980, a relação das pesquisadoras com a política sofreu mudanças, o que proporcionou que a história das mulheres pudesse conseguir, finalmente, seu próprio espaço. Dessa maneira, Scott (2011) apresenta que a história das mulheres acabou se despolitizando, pelo menos superficialmente, para ganhar reconhecimento dentro da academia. Mas o feminismo não desapareceu, já que grande parte das pesquisadoras que utilizam o termo gênero se consideram historiadoras feministas, assim como grande parte dos trabalhos de história das mulheres, mesmo usando o termo gênero, está voltada para preocupações contemporâneas da política feminista.

Mas o que é política?

René Rémond afirma que o político tem a ver com o poder, desta forma, a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder. Rémond também declara que tudo seria uma relação de poder, mas que só é política a relação com o poder na sociedade global, que é aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas. Na experiência histórica ocidental, ela pode acabar se confundido com a nação, que tem como instrumento e símbolo o Estado. Entretanto, segundo o autor, o político não se resume apenas à isso, ele se estende também às coletividades territoriais e à outros setores por esse movimento que ora dilata, ora encolhe o campo do político, ou seja, praticamente não há setor ou atividade que, em algum período da história, não tenha tido relação com o político (RÉMOND, 2003). O feminismo não deseja alcançar e dominar, porém sua luta tem tudo a ver com a relação de poder entre os gêneros na sociedade. Para Scott (2011), a Política tem vários sentidos e múltiplas ressonâncias, mas a história das mulheres é sempre uma narrativa política, mesmo que não se apresente como tal.

Creio que a oposição entre ‘teoria’ e ‘política’ é uma oposição falsa, que busca silenciar os debates que devemos realizar sobre que teoria é mais útil para o feminismo, para tornar apenas uma teoria aceitável como política. [...] A ‘boa’ teoria encara as mulheres e sua experiência como fatos auto evidentes que são a origem da identidade e da ação coletivas. [...] E os historiadores das mulheres que rejeitam a “teoria” em nome da “política” estão curiosamente aliados àqueles historiadores tradicionais que consideram o pós-estruturalismo (e consideram a história das mulheres) uma antítese aos princípios de sua disciplina (SCOTT, 2011, p. 95).

No final não há jeito de se evitar a política – as relações de poder, os sistemas de convicção e prática – do conhecimento e dos processos que o produzem; por essa razão, a história das mulheres é um campo inevitavelmente político. (SCOTT, 2011, p. 98).

Desta maneira, as mulheres assim que começaram a fazer parte da escrita da história acabaram provocando sua reescrita, já que a história, como era escrita até então, não considerava todos os seus personagens. A História das mulheres, então, tinha uma força potencialmente crítica, que desestabilizava e desafiava as premissas da disciplina estabelecida, mas não ofereciam uma síntese ou uma resolução fácil (SCOTT, 2011). Ao reivindicar a importância da história das mulheres, é impossível não ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’. Scott (2011) diz que a história das mulheres implica necessariamente em uma hierarquia, pois ainda é uma ‘outra’ história, como se a história dos homens fosse a história oficial. Como Michel de Certeau (apud SCOTT, 2011) a

história das mulheres traz a luz questões de domínio e de objetividade sobre as quais as normas disciplinares são edificadas, ou seja, ela sugere que a história do jeito que estava era incompleta, e que o domínio que os historiadores tinham do passado era incompleto.

Na maioria das vezes que existiram tentativas por parte das feministas de expor as tendências machistas ou a ideologia masculina na escrita da história, essas tentativas levaram à uma ridicularização e rejeição destas denúncias. Tais acusações acabaram desencorajando muitas historiadoras das mulheres de confrontarem as implicações epistemológicas mais radicais de seu trabalho, então, essas historiadoras apenas colocaram as mulheres como um sujeito histórico adicional. É possível então perceber uma tentativa de separar os estudos das mulheres daqueles intimamente ligados ao movimento feminista (SCOTT, 2011).

A História Social acabou se tornando um importante meio para a história das mulheres, pois ela pluralizou os objetos da investigação histórica, admitindo diversos grupos sociais, dessa forma mulheres inseridas em organizações políticas e em locais de trabalho introduziram novas arenas e instituições como dignos de estudo. Segundo Soihet (1998), foi a partir da noção de resistência feminina que se torna fundamental as abordagens sobre as mulheres na História Social, tendo Thompson como um dos nomes que falaram sobre. Dentro desta História, as mulheres passaram a ser uma categoria social fixa (SCOTT, 2011). Assim, para Joan Scott (2011), a emergência da história das mulheres é entrelaçada com a emergência da categoria mulheres como uma identidade política, que foi acompanhada por uma análise que atribuía a opressão sofrida por elas à uma tendenciosidade masculina. Dessa forma, menos atenção foi dada às bases conceituais do patriarcado, o antagonismo homem x mulher foi foco central da política e da história. Portanto, a história das mulheres alcançou legitimidade quando afirmou a natureza e a experiência separada das mulheres. Por isso, enquanto esteve em uma esfera separada, por um tempo, ela ficou fora das preocupações dominantes da disciplina. Um dos principais objetivos das historiadoras das mulheres é integrar as mulheres na história, mas não apenas sua integração, como também uma correção da história, como afirma Scott: “[...] o sujeito da história não era mais uma figura universal, e os historiadores, que escreviam como se ele o fosse, não podiam mais reivindicar estar contando toda a história.” (SCOTT, 2011, p. 88).

### **Historiadoras das mulheres no Brasil**

Sabendo que o feminismo está presente na academia de diversas formas. Pretendo agora mostrar como ele está presente nos trabalhos de historiadoras das mulheres e/ou das relações

de gênero no Brasil, que foram e ainda são grandes influências para qualquer pesquisadora que trabalhe com esta temática no país.

É importante, antes, reafirmar que a ação e lutas das mulheres dentro da história tem duas vertentes, uma que tem como enfoque movimentos organizados com vistas às conquistas de direitos à cidadania, ou seja, movimentos feministas, que, segundo Soihet (1997), é estudado através de biografias. Já a outra vertente se preocupa em estudar as manifestações informais que se expressam em diferentes formas de atuação e intervenção feminina (SOIHET, 1997).

Margareth Rago tratou de temas que acabaram por não ficar presos à academia, pois eles acabaram falando de mulheres que até então haviam sido ignoradas, não apenas pela história, mas pela sociedade em geral. Como é possível ver em seu relato em uma entrevista realizada em 2013:

Em 1991, publiquei um doutorado sobre a história da prostituição, chamado Os prazeres da noite e recebo um telefonema das prostitutas do Rio de Janeiro. – “Você é a Margareth Rago?” – “Sou”. – “Eu sou a Gabriela Leite”. – “Ah!”. Eu a tinha visto no programa do Jô Soares, mas o que eu sabia de prostitutas? Quase nada! Eu estudei a prostituição do início do século XX, não estudei prostituição contemporânea. E ela me diz assim: – “Nós somos aqui de uma ONG chamada ‘Davida’ e nós gostaríamos que você viesse aqui para o Rio de Janeiro, porque você escreveu esse livro e a gente gostaria de conversar com você”. E eu fiquei apavorada: Será que elas vão achar que o livro é ruim, que eu não falei direito...? Aí eu respondi: – “Olha, eu escrevi sobre suas avós, não é sobre vocês, não é?”. De tanto medo que eu estava. Daí ela disse assim: – “Não, não! Nós lemos o livro, a gente sabe. Você é a Margareth Rago, né? Então nós queríamos te fazer um convite...”. Tive que ir... e fui morrendo de medo. Cheguei lá elas me abraçaram e me disseram – “Muito obrigada!”. E eu: – “Ah?!”. Elas continuaram – “Muito obrigada porque você nos colocou na história. Todo mundo tem história: camponês tem história, estudante tem história, operário tem história e nós não tínhamos. E sem história não existe cidadania”. Você acredita eu ouvindo isso de prostitutas que me abraçavam e me diziam – “Muito obrigada”? Aí eu pensei: – “Gente, eu não conheço o Brasil e nem as prostitutas, não estou sabendo de nada” (risos). E foi um impacto, um impacto muito emocionante, porque na UNICAMP todo mundo me perguntava: – “Por que fazer a história da prostituição?”. E eu – “Por que não é um problema, né?”. [...] E foi um impacto muito legal. Eu tive retornos muito positivos. (RAGO, 2013, p. 21).

Esse trecho selecionado é um exemplo de como o trabalho com a história das mulheres/das relações de gênero também tem uma influência fora da Academia, tendo também um papel social e político, que, em muitas ocasiões é esquecido pela historiografia academicista. Rago, ainda na década de 1990, já dizia que o feminismo contemporâneo vinha apontando radicalmente para a necessidade da produção de um discurso histórico diferenciado, que seria capaz de criar novos conceitos e chamar a atenção para campos de problematização e para fontes documentais que até então eram ignoradas ou subestimadas, assim o feminismo

propunha uma leitura “feminista” da história, com todas as profundas controvérsias suscitadas, explicitadas ou não. (RAGO, 1995)

Rachel Soihet é professora titular da Universidade Federal Fluminense (UFF) e há mais de três décadas trabalha com a História das mulheres e das relações de gênero. Iniciou seu trabalho nessa temática na década de 1970, sendo, segundo a *Revista de História da Biblioteca Nacional*<sup>7</sup> a primeira historiadora das mulheres no país. Durante o seu mestrado, quando estudou pela primeira vez a abordagem do movimento liderado por Bertha Lutz, ela diz:

A tarefa não era das mais fáceis, já que no seio da história preponderava o desinteresse, no tocante às desigualdades entre homens e mulheres, na abordagem de diversas questões. Única, naquele momento a elaborar uma dissertação sobre esse objeto no Programa de Pós-graduação em História na UFF, que então se iniciava, enfrentei uma série de problemas, dentre eles, o isolamento intelectual, as dificuldades de orientação e os subseqüentes obstáculos quanto ao conhecimento da bibliografia mais recente sobre o assunto e instrumental teórico e metodológico a ser utilizado no tratamento da questão (SOIHET, 1998, p. 77).

Sobre sua tese, realizada nos anos 1980, intitulada *Vivências e Formas de Violência: Mulher de Classe Subalterna no Rio de Janeiro (1890 - 1920)*, ela conta:

[...] trabalhei com a questão das mulheres pobres no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. Estava atenta para as relações entre a especificidade da condição feminina e as formas de violência que as mudanças no Rio daquela época estavam implicando. Preocupei-me em avaliar como as tensões que estavam acontecendo na cidade repercutiram no cotidiano destas mulheres.

Trabalhei com processos criminais, que mostravam mães que recorriam ao infanticídio, quando se encontravam numa situação de desespero. Neste sentido, a questão do sentimento atribuído à maternidade como natural, é questionada, concluindo-se que a maternidade é também uma construção social (SOIHET, 2007, p. 159).

Segundo Cunha (2000), o trabalho feito por Soihet sobre processos criminais no Rio de Janeiro mostraram que o comportamento feminino diferia daquele veiculado pela ideologia dominante, que sempre colocavam os crimes femininos como “crimes passionais”. Os trabalhos de Soihet sobre as mulheres, seus direitos e a política trazem então para dentro da academia a discussão da participação feminina como sujeitos políticos, assim é impossível separar seu trabalho da política feminista, mesmo que ela não trabalhe, a princípio o feminismo.

Joana Maria Pedro, professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tem a presidência nacional da Associação Nacional de História (ANPUH) durante o

<sup>7</sup> Ano 10, n. 113, fevereiro de 2015

biênio 2018-2019, como um exemplo importante de sua participação política junto aos pesquisadores brasileiros. Assim como sua atuação dentro da UFSC, sua participação sempre foi bastante ativa no Seminário Internacional *Fazendo o gênero*, realizado na mesma universidade, e sendo um evento interdisciplinar, reunindo pesquisadoras e pesquisadores de diversas áreas, assim como militantes, não estando restrito apenas aos acadêmicos.

A primeira pesquisa sobre as mulheres de Pedro foi seu doutorado, iniciado em 1987, que levou à escrita da tese *Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe. Papeis Sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis (1880-1920)*, que, segundo ela foi pensado a partir de uma situação cotidiano de reprodução de um pensamento machista ainda presente na década de 1980:

E um dia a secretária, da Pró Reitoria me falou, de uma pessoa, que estava passando por ali com estas palavras: “essa professora ali é uma vagabunda; ela foi casada com fulano de tal, ele é uma pessoa muito legal, mas ela é uma vagabunda, ela não presta”. A secretária me falou isso. Eu pensei assim: “de onde saiu isso?” Eu perguntei: “escuta, ela não presta por quê? Ela não é uma boa professora? Ela não paga as contas em dia? O que ela faz para não prestar?” A secretaria levou um susto, e eu também, levei um susto com a minha pergunta (risos). Aí eu fiquei pensando, diante da fala dela porque eu me identifiquei com ela, ela estava dizendo que a moça não prestava, por que ela tinha namorados, era separada e tinha namorados, isso em Florianópolis, que é uma cidade muito maior, compreendes? Aí eu disse assim: “isso aí dá uma boa questão de pesquisa...” Fiz, então, um projeto: Mulher honesta: modelo, dominação e resistência. (PEDRO, 2018, p. 244)..

Mas, segundo o que Joana Maria conta, um fator importante por ter conseguido se tornar orientanda de Maria Odila Silva Dias, na Universidade de São Paulo (USP), foi a presença de um pensamento feminista que ela nem havia percebido que tinha:

[...] eu fui falar com a Maria Odila. Apresentei o projeto para ela. A Maria Odila leu, olhou para mim, e disse assim: “é, tem algumas coisas aqui que ainda precisam revisar; talvez deixar mais claro os objetivos e talvez ter algumas outras leituras, mas o bom é que você é feminista. Olhei para ela assim: “eu”? (Risos). Mas se a Maria Odila diz que eu sou feminista, quem sou para dizer que não? (PEDRO, 2018, p. 245).

A partir do exemplo trazido com essas historiadoras das mulheres, é possível concluir com algumas reflexões. A primeira diz respeito à caminhada, lado a lado, da produção historiográfica sobre as mulheres no Brasil junto ao pensamento feminista – até mesmo quando essas produtoras de conhecimento não percebem à princípio essa presença do feminismo em sua forma de problematizar a sociedade. Sendo o feminismo, tanto como movimento, quanto como pensamento, pertencentes, também, à esfera política, é possível confirmar o pensamento

de Scott (2011), já apresentado, de que a História das mulheres é sempre uma história política, mesmo não se apresentando como tal.

Essas três historiadoras são apenas alguns dos exemplos mais detalhados sobre a pesquisa histórica das mulheres na década de 1980, mas não se pode deixar de citar outras historiadoras, como a Maria Odila da Silva Dias, que fez estudos sobre as estratégias de resistência das mulheres de São Paulo no período da urbanização; Maria Cândida dos Reis, que estudou a disciplinarização do corpo dentro de sua pesquisa sobre as mulheres de São Paulo na três primeiras décadas do século XX, que além de terem o papel de mãe e esposa também tinham o de mestra; Miriam Moreira Leita, que estudou as reflexões e posições da feminista Maria Lacerda de Moura; Heleith Saffioti, ainda que não historiadora mas que exerceu forte influência na produção historiográfica das mulheres, que analisa a situação das mulheres no sistema de opressão de classes capitalista.

Desta forma, os trabalhos dessas historiadoras são apenas um exemplo de como a política, a história e o feminismo estão intimamente ligados dentro da academia. Atualmente os estudos sobre o feminismo estão cada vez mais inovadores e mais preocupados com as diversas vivências femininas no Brasil. Segundo Lilia Moritz Schwarcz (apud HOLLANDA, 2018) a produção acadêmica feminista, que vem de longa data, hoje se depara com a questão dos feminismos plurais. Para ela a entrada de novos discursos e de modelos de pensamento gerou tensões, a descoberta de novos personagens e protagonistas, e também gerou olhares e percepções distintas, sendo tudo isso uma nova forma de socialização das mulheres, de afeto entre elas.

Assim, hoje em dia é impossível separar os dois movimentos, mesmo que por algum tempo algumas historiadoras das mulheres preferissem não ser vistas com olhar político. Ainda pode existir algum preconceito na produção desta temática, mas é possível observar que nos últimos anos a academia, principalmente as universidades públicas no Brasil, está cada vez mais voltada para ser um espaço necessário de resistência como resposta a onda conservadora que está cada vez mais forte no país.

Outra reflexão pertinente neste ponto, ainda em aberto, é que embora o papel do historiador também seja social, é possível afirmar que eles tiveram um papel político importante (ou relevante) para o movimento feminista? Sabendo que o papel do historiador é também social, é possível afirmar que essas historiadoras tiveram um papel político importante para o movimento feminista? Ou a sua atuação política ainda está restrita, em sua maioria, ao ambiente universitário, ainda muito distante da sociedade brasileira? Como é possível fazer com que a história das mulheres ocupe um lugar político no Brasil atual?

## Referências Bibliográficas

- ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **Feminismo no Exílio**: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010
- ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo e sujeito Político. In: SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. (orgs.) **Mulher e trabalho**: encontro entre feminismo e sindicalismo. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, pp. 49-58, 2005
- COSTA, Ana Alice Alcantara. O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. v.5 n. 2. 2005.
- CUNHA, Maria de Fátima. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. In: **História do ensino**. Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000.
- ESTIMADO, R., FORTUNATO, T., CRUZ, J. F., HOTIMSKY, M., & BASSANI, A. **Entrevista**: Margareth Rago. **Humanidades Em Diálogo**, v.7, 15-43, 2016
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista**: Arte, cultura, política e Universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v, 16, n.2, pp. 333-357, maio-agosto/2008
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, n.1, pp.77-98, 2005
- PEDRO, Joana Maria. Entre história, gênero e política: fragmento da trajetória de Joana Maria Pedro. [Entrevista concedida a] Erinaldo Cavalcanto, Geovanni Cabral, João Luiz Damasceno. **Fronteiras: Revista de História**. Dourados, MS. V. 20 n. 35 p 238-256 jan/jun 2018
- RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, n. 3/4, pp. 11-43, 1995/1996
- RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu* (11) 1998, pp.- 89-98
- RAGO, Margareth. Entrevista: Margareth Rago. Estimado, R., Fortunato, T., Cruz, J. F., Hotimsky, M., & Bassani, A. [entrevistadores]. *Humanidades em Diálogo*, 7, pp 15-43. 2016.
- RÉMOND, René. Do Político. In RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 441-450
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011 pp. 65-98
- SOIHET, R. A História das mulheres. In. CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. (orgs) *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SOIHET, Rachel. História das mulheres e História de Gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu**. n.11, pp. 77-87, 1998



SOIHET, Rachel. A sofisticação teórica da produção relativa à História das Mulheres e aos Estudos de Gênero: Entrevista com Rachel Soihet. **Em Tempo de Histórias** - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História. PPG-HIS/UnB, n.11, Brasília, 2007

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**. Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014.

TILLY, Louise A. Gênero, História das mulheres e História social. **Cadernos Pagu**. n. 3, pp. 29-62, 1994